



# GOVERNO QUER ACABAR COM CASSI E SAÚDE CAIXA

## PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS BANCOS INVIABILIZAM CONTINUIDADE DOS PLANOS DE SAÚDE E TÊM NA ORIGEM RESOLUÇÕES DA CGPAR

As resoluções 22 e 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR, publicadas neste ano) atingem diretamente a saúde dos empregados das empresas públicas federais, entre elas a Caixa e o Banco do Brasil.

Trata-se de um movimento a mais na direção do “mercado”, na medida em que se impede que as empresas optem por operar os planos de saúde por seus próprios meios, devendo contratá-los com operadoras privadas, sejam elas na modalidade de autogestão (semelhante a entidades fe-

chadas de previdência complementar), seja por meio da contratação de seguradoras privadas, setor altamente lucrativo e fonte interminável de insatisfação por parte dos segurados. E, obviamente, é mais um avanço na tentativa de desmonte das empresas públicas.

ENTENDA  
COMO  
FUNCIONA O  
ESQUEMA DE  
DESTRUIÇÃO  
DE DIREITOS E  
DE DESMONTE  
DOS SERVIÇOS  
PÚBLICOS.



**VAMOS, JUNTOS, LUTAR CONTRA MAIS ESSA TENTATIVA DE RETIRADA DE DIREITOS!**



CASSI • ECONOMUS • SAÚDE CAIXA

# É PRECISO REAGIR E DEFENDER NOSSOS DIREITOS!

## PLANOS DE SAÚDE TERÃO RESTRIÇÕES A DEPENDENTES E APOSENTADOS, VÃO CUSTAR MAIS PARA O EMPREGADO E FAVORECER O LUCRATIVO MERCADO DA SAÚDE PRIVADA.

Se forem aplicadas, as resoluções da CGPAR diminuem a participação das empresas no custeio dos planos, aumentam a dos empregados e restringem o rol de dependentes. Além disso, podem impedir a filiação de pais aos planos, mesmo que sejam dependentes econômicos. São quatro as modalidades de planos tratados nas resoluções: autogestão

por operadora própria, os geridos pela área de recursos humanos, os que optam por uma operadora de mercado e os que trabalham com o ressarcimento das despesas. Na modalidade autogestão, por exemplo, a resolução estabelece que as empresas deverão fechar seus planos para adesão de empregados admitidos após a entrada em vigor

da resolução; somente estarão autorizadas a oferecer aos novos empregados benefício de assistência à saúde na modalidade de reembolso e os editais de processos seletivos para admissões de empregados das estatais federais não deverão prever o oferecimento de benefícios de assistência à saúde, o que já vem ocorrendo.

## MÃOS AO ALTO: ISSO É UM ASSALTO!

As resoluções da CGPAR também vão de encontro às negociações trabalhistas com as entidades representativas dos trabalhadores ao determinar que “as empresas estatais fe-

derais que possuam o benefício de assistência à saúde previsto em Acordos Coletivos de Trabalho - ACT - deverão tomar as providências necessárias para que, nas futuras negociações,

a previsão constante no ACT se limite à garantia do benefício de assistência à saúde, sem previsão de qualquer detalhamento do mesmo”. Como se não bastasse a refor-

ma trabalhista, estas resoluções pioram ainda mais a vida dos empregados nas estatais, já que de cada trabalhador dependem milhares de outras pessoas, que também serão lesadas.

### Campanha em defesa do Saúde Caixa

Entidades que representam os empregados da Caixa (Fenae, Contraf-CUT, Fenacef, Fenag, Advocéf, Aneac, Social Caixa e Anacef) lançaram em maio a campanha Saúde Caixa: eu defendo, com o objetivo de conscientizar e mobilizar sobre os riscos provocados pelas resoluções CGPAR, do governo federal. Com as resoluções e a alteração no Estatuto da Caixa é proposto um limite correspondente a 6,5% da folha de pagamento para a participação da Caixa nas despesas com saúde de seus trabalhadores, à revelia do modelo de custeio previsto no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).



### DIGA NÃO à reforma estatutária da Cassi



A Contraf-CUT - Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - é contrária à decisão da diretoria e do Conselho Deliberativo da Caixa de Assistência aos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi) que aprovou reforma estatutária e revisão do custeio, favorecendo o banco e prejudicando os associados. Nosso Sindicato está empenhado nessa luta e conclama a todos os trabalhadores do Banco do Brasil a VOTAR NÃO a mais esta reforma que só prejudica a categoria!

### Apoie o PDC 956 e ajude a sustar a Res. 23

A deputada federal Erika Kokay (PT-DF), trabalhadora da Caixa, protocolou um Projeto de Decreto Legislativo (PDC 956/2018) para sustar a Resolução 23 da CGPAR. A parlamentar defende que a resolução viola direitos assegurados em acordos coletivos de trabalho, estatutos e convenções que regulam as entidades de autogestão de saúde. Para apoiar o projeto na enquete disponibilizada no site da Câmara dos Deputados, CLIQUE AQUI <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2176886> e selecione a opção “Concordo”.

**AJUDE A DAR UM BASTA NA RESOLUÇÃO 23**